



<div> <div>  <div> <div>CONGRESSO NACIONAL</div> <div>Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN</div> </div> </div> <div>  </div> <div> <div>Quadro Comparativo</div> <div>Medida Provisória nº 1.332/2025</div> </div> </div>	
LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera o <a href="#">Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</a> , para prorrogar o prazo para conclusão da identificação dos terrenos marginais de rios federais navegáveis, dos terrenos de marinha e seus acrescidos.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</a>	<b>Art. 1º</b> O <a href="#">Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 12-C. Fica a Secretaria do Patrimônio da União <del>(SPU)</del> autorizada a concluir até 31 de dezembro de <del>2025</del> a identificação dos terrenos marginais de rio federal navegável, dos terrenos de marinha e seus acrescidos, de que tratam os <del>arts. 2º, 3º e 4º deste</del> Decreto-Lei.	"Art. 12-C. Fica a Secretaria do Patrimônio da União autorizada a concluir, até 31 de dezembro de <b>2028</b> , a identificação dos terrenos marginais dos rios federais navegáveis, dos terrenos de marinha e seus acrescidos, de que tratam os <b>art. 2º a art. 4º</b> do <a href="#">Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</a> ....." (NR)
Parágrafo único. A conclusão de que trata este artigo refere-se ao disposto no caput do art. 12 deste Decreto-Lei.	.....
	<b>Art. 2º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.